



ARTIGOS

Preobrazhensky e a acumulação socialista primitiva

Preobrazhensky and the socialist primitive accumulation

Rebecca de Oliveira Freitas*

Resumo

A década de 1920 observou uma efervescência de debates dentro do partido comunista russo sobre os rumos do desenvolvimento econômico da Rússia soviética. Após quatro anos de guerra civil, e comunismo de guerra, chegou o momento de pensar alternativas para a reconstrução da economia do país e a edificação do socialismo. A implementação da Nova Política Econômica (NEP) deu mais elementos para esse debate, cujo ápice se dá na metade da década. Este artigo tem como objetivo abordar a elaboração teórica de Preobrazhensky acerca da acumulação primitiva socialista, relacionando-a aos projetos sociais em embate na época. Sua defesa de que a acumulação socialista deveria se basear, em parte, em um subproduto criado fora da economia estatal apontava para uma determinada relação com o capital privado e para um fortalecimento do setor estatal. Entende-se, assim, que longe de um debate meramente teórico, as discussões do período engendraram projetos de sociedade.

Palavras-chave: transição; URSS; acumulação socialista primitiva.

Abstract

There were strong debates in the Russian Communist Party during the 20s on the perspectives of the economic development of Soviet Russia. After four years of civil war, and War Communism, the moment came to think of alternatives to the reconstruction of the country's economy and to building socialism. The implementation of the New Economic Policy (NEP) brought more elements to this debate that reaches its high point in the half of the decade. This article aims to approach Preobrazhensky's theoretical formulation on the socialist primitive accumulation, relating it to the social projects in conflict at the time. His defense that the socialist accumulation should be partly based on a sub-product created out of the state economy pointed to a determined relation to the private capital and to the strengthening of the state sector. We understand, thus, that far from a merely theoretical debate, the discussions of the time also bore projects of society.

Keywords: transition; USSR; socialist primitive accumulation.

* Graduada em História pela UFPR, graduada em Música pela UNESPAR e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFF – Niterói/RJ.

O presente trabalho tem como objetivo traçar um panorama sobre a teoria de acumulação socialista primitiva de Preobrazhensky a partir de textos produzidos pelo autor entre 1918 e 1927. A relevância de tal debate consiste, em primeiro lugar, em fazer justiça histórica a esse militante bolchevique, cujo legado o stalinismo tentou apagar (Gorinov, 2014). Em segundo lugar, seus escritos lançam luz à história da Revolução Russa, abrindo espaço para uma caracterização mais rica dos projetos em formulação e disputa no seu desenrolar. Em terceiro lugar, os textos trazem reflexões sobre a transição ao socialismo e, em especial, para o socialismo em um contexto de subdesenvolvimento – debates importantes para outros processos revolucionários ocorridos nas periferias do capitalismo ao longo do século XX, e ainda relevantes para reflexões também para a atualidade e o futuro (Salem, 2013).

1. Breve biografia de Preobrazhensky

Evgeny Preobrazhensky nasceu em 15 de fevereiro de 1886 em Bolkhov, na província de Orel. Filho de uma família membro da igreja ortodoxa, ele rompeu com a religião durante a adolescência, passando a se interessar pela militância política presente na Rússia de então. Em sua Autobiografia (Preobrazhensky, 2014a), o autor afirma que a leitura de *O Manifesto Comunista* de Karl Marx e Engels e *O desenvolvimento do Socialismo Científico* de Engels foi decisiva para sua opção de aderir aos social democratas russos, abandonando suas simpatias pelos Socialistas Revolucionários (*narodniks*), vistos como não científicos. No outono de 1903, ele passou a compor uma célula do Comitê de Orel do Partido Socialdemocratas dos Trabalhadores Russos, aos 17 anos de idade.

Nos anos que se seguiram, Preobrazhensky seguiu sua militância política junto aos sociais-democratas russos, especificamente dentro da fração bolchevique, com uma atuação concentrada por um longo período na região dos Urais. Teve participação na Revolução de 1905, e no período que se seguiu foi preso diversas vezes. Em 1917 Preobrazhensky foi eleito delegado ao sexto congresso do Partido Comunista Russo, onde foi eleito suplente do Comitê Central. Já nesse congresso, pode ser identificada, de forma marginal, a divergência que se estabelecerá mais fortemente entre ele, e a futura Oposição de Esquerda, e Joseph Stálin no que se refere à possibilidade de construção do socialismo em um só país (Gorinov, 1991).

Durante o período do Comunismo de Guerra, podemos destacar sua participação no grupo dos “Comunistas de Esquerda”, o qual se opunha à assinatura do tratado de paz de Brest-Litovsk, advogando a necessidade de uma guerra revolucionária (Rodrigues, 1979, p. 12). Também é importante destacar a escrita do livro “ABC do Comunismo” em 1919, em conjunto com Bukhárin – seu futuro principal oponente nos debates que seguiriam. O livro tinha como objetivo di-

vulgar o programa do Partido Bolchevique e foi reimpresso diversas vezes na URSS e no exterior antes do período stalinista. Em 1920, no 9º Congresso do Partido Comunista, Preobrazhensky foi eleito parte do Comitê Central do Partido, e assumiu um dos cargos de secretaria geral – que na época eram três, e ainda não tinha a importância que mais tarde ganharia com sua ocupação por Stálin. Outra polêmica importante do período foi sobre a temática dos sindicatos, em 1921. Preobrazhensky apoiou então a resolução defendida por Bukhárin e Trotsky, que defendia que os sindicatos fossem colocados sob controle estatal, ainda que com democracia interna. Sua função deixaria de ser somente organizar os trabalhadores em suas reivindicações para incluir também a direção da economia nacional. Essa resolução é derrotada no Congresso, o qual aprovou o início da Nova Política Econômica, a NEP (Hegedüs, 1986).

Durante o período de implementação da Nova Política Econômica (NEP), Preobrazhensky, ainda que não tenha se oposto à política como um todo, expressou diversas críticas a seu conteúdo. Suas críticas se expressaram em publicações da época como “Da NEP ao Socialismo”, publicado em 1921, e em “A Nova Econômica”, de 1926, sua principal obra de elaboração teórica da teoria da acumulação socialista primitiva. O conteúdo desta teoria será objeto do artigo como um todo. Contudo, cabe destacar que as polêmicas geradas na década de 20 expressavam-se a partir, principalmente, do debate sobre o ritmo da industrialização e a relação com o campesinato. Um dos objetivos deste artigo é apontar que o debate não se restringia a questões táticas pontuais, mas se referia a debates de concepção de transição ao socialismo. De qualquer forma, seu debate econômico deu a tônica das formulações da Oposição de Esquerda, formada em 1923, e que articulava também as discussões sobre a democracia interna ao partido e a defesa do internacionalismo – cuja figura mais proeminente foi Leon Trotsky.

No processo de disputa interna do Partido Bolchevique ocorrido após a morte de Lênin, o chamado grupo da direita – cuja principal figura no campo da formulação econômica era Bukhárin, mas do qual também participava Stálin – gradualmente excluiu a Oposição de Esquerda do Partido. Preobrazhensky foi expulso em 1927 e exilado para Uralsk, onde se dedicou aos estudos. Em 1929, contudo, Stálin passa a atacar as visões de Bukhárin para a agricultura e a defender um programa de combate ao *kulak* e impulso acelerado à industrialização. Essa “guinada à esquerda” abriu espaço para que vários opositores expulsos retornassem ao partido, inclusive Preobrazhensky. O autor foi novamente expulso em 1931, por ter escrito um artigo criticando o Primeiro Plano Quinquenal, o qual nunca foi publicado. Readmitido em 1932, ele realizou, em 1934, uma pesada autocrítica, típica do processo dos expurgos stalinistas. Em 1935 ele foi condenado a dez anos de prisão com trabalhos forçados. Nos meses que se seguiram, a oposição foi fisicamente eliminada nos conhecidos julgamentos de Moscou. Não houve julgamento público de Preobrazhensky, que foi preso em dezembro

de 1936, e atribui-se esse fato à sua provável recusa em realizar as autocríticas vexatórias que eram exigidas dos acusados nessas ocasiões. Seu assassinato ocorreu no dia 13 de julho de 1937. Seu caso foi revisto na Sessão Plenária da Suprema Corte da URSS em 22 de dezembro de 1988 (Gorinov, 1991).

2. Do Comunismo de Guerra à NEP: um panorama geral

Cabe agora traçar um breve contexto do período do Comunismo de Guerra e da NEP, em que os debates sobre os rumos da economia soviética foram tratados. Comunismo de Guerra é o nome dado ao período de extrema nacionalização e estatização iniciado em meados de 1918 e terminando em 1921, com a implementação da NEP. Esse período traz consigo as circunstâncias do fim da Primeira Guerra Mundial e de uma Guerra Civil dentro da Rússia após a revolução, as quais influenciaram profundamente as características do regime.

O período observou um processo de rápida nacionalização da indústria, que se concentrou praticamente todo em 1918. A terra foi nacionalizada já em 1917, porém seu cultivo continuou majoritariamente estruturado em cima da pequena propriedade camponesa, apesar da existência de decretos que apontam a intenção dos bolcheviques de incentivar formas coletivas de produção como *artels*¹ e *sovkhozes*². Podemos ver na tabela abaixo uma evolução, entre 1917 e 1920, dos percentuais de arrendamentos de cada tamanho, com um visível crescimento do número de pequenas propriedades.

Tabela 1 – Percentual de arrendamentos por tamanho (em deciatinas*) entre 1917 e 1920

	1917 %	1919 %	1920 %
Terra não arável	11,3	6,6	5,8
Terras arável de até 4 deciatinas	58	72,1	86
Terra arável de 4 a 8 deciatinas	21,7	17,5	6,5
Terra arável acima de 8 deciatinas	9	3,8	1,7

Fonte: Carr (1985, p. 168).

* 1 deciatina = 1,1 hectare.

A necessidade de abastecimento das cidades e do exército levam os bolcheviques a promover um regime de requisições forçadas dos excedentes dos camponeses, e por vezes também da produção não excedente. Por outro lado, o contexto de Guerra Civil impedia que a produção da indústria e da cidade fosse suficiente para dar uma contrapartida à produção dos camponeses, e a esparsa produção

¹ Forma de cooperativa de produção existente na Rússia.

² Fazenda estatal.

era também direcionada para as necessidades do exército. Para garantir o abastecimento, proibiu-se a comercialização desses excedentes. Contudo, isso não significa que não houvesse comércio algum – em 1919, só 19% dos alimentos vinham de canais oficiais, havendo muito espaço para o mercado-negro (Nove, 1965, p. 55). Tal atitude tinha como contrapartida reações dos camponeses, as quais envolviam, por um lado, um problema de curto prazo – a retenção dos estoques – e outro de longo prazo – a diminuição da área cultivada somente àquela necessária para subsistência (Dobb, 1948).

Nas cidades houve um declínio dramático da produção e das condições de vida durante o período da Guerra Civil. A produção voltou-se para as prioridades estabelecidas pela guerra, e a diminuição da produção agrícola, somada ao bloqueio ocidental ao comércio, fez com que houvesse períodos de fome e escassez. Uma consequência importante disso foi a diminuição da população das cidades, que migrou para o campo em busca de alimentos. Outra característica do período foi uma crescente desmonetarização da economia, com a naturalização dos salários dos trabalhadores.

Vemos, assim, o período do Comunismo de Guerra, aqui resumidamente apresentado, como um período de grande centralização política e administrativa, de nacionalização da economia e estatização da indústria, de destruição das forças produtivas existentes na Rússia do pré-guerra, de queda gritante da produção no campo e na cidade, de priorização da produção em direção às necessidades bélicas e de alteração da sua composição social – com a dissolução das classes proprietárias e com o crescimento do campesinato médio. Alguns dados referentes a estas questões podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 2 – Produção em 1913 e 1921

	1913	1921
Produção Bruta de toda a indústria (índice)	100	31
Indústria de larga-escala (índice)	100	21
Carvão (milhões de ton.)	29	9
Óleo (milhões de ton.)	9,2	3,8
Eletricidade (milhões de kWhs)	2039	520
Ferro gusa (milhões de ton.)	4,2	0,1
Aço (milhões de ton.)	4,3	0,2
Tijolos (milhões)	2,1	0,01
Açúcar (milhões de ton.)	1,3	0,05
Tonelagem ferroviária transportada (milhões)	1324	39,4
Produção Agrícola (índice)	100	60
Importações (rublos de 1913)	1374	208
Exportações (rublos de 1913)	1520	20

Fonte: NOVE (1965, p.62).

A situação era extremamente crítica, e as revoltas camponesas, que se multiplicavam na medida em que a derrota do Exército Branco ia se consolidando, colocaram na ordem do dia a necessidade de se repensar a organização da economia e do país como um todo.

A Nova Política Econômica foi uma mudança que se iniciou com um novo tratamento dado ao campesinato. Em 7 de março de 1921 foi aprovada a substituição do sistema de requisição de grãos dos camponeses por um imposto em espécie. Essa substituição está diretamente vinculada à liberdade de comércio, após o pagamento do imposto, ao menos no nível do comércio local. A legislação aprovada também determinava a redução do nível desse imposto quando comparado às requisições executadas no ano anterior, bem como um incentivo ao crescimento da produção, visto que o percentual do imposto diminuía à medida em que a produção aumentava. Por fim, aumentou-se a liberdade do produtor para o uso de seu excedente acima do imposto: esse excedente poderia ser vendido no comércio local (o que logo extrapolou para além da esfera local), desde que garantido o pagamento do imposto. A cobrança desse imposto passou a ser feita de forma individualizada, e não mais coletivamente através das cooperativas ou outros mecanismos vigentes durante o Comunismo de Guerra. Além disso, estabeleceu-se um fundo estatal que deveria fornecer bens de consumo e equipamento agrícola não mais para a parte mais pobre da população, mas para aqueles que dispusessem de um excedente pelo qual trocá-los. No mercado, as vendas eram feitas por cooperativas, mas também individualmente. Em 1922 foi aprovada a Lei Fundamental de Exploração da Terra pelos Trabalhadores, a qual permitia o arrendamento de terra e o trabalho assalariado no campo. Dessa forma, não estava na pauta o investimento sobre a agricultura de larga-escala e estatal, vista como uma possibilidade de desestabilizar a relação com o campesinato – o que reflete a preponderância da agricultura individual ao longo de todo o período da NEP, como pode ser visto na Tabela 3. O que figurava na retórica oficial era o incentivo aos *artels*, ainda que isso tenha se refletido em cooperativas mais na esfera do consumo do que na de produção.

Tabela 3 – Divisão agricultura coletiva e individual (1927)

	Área Cultivada (%)
Fazendas Estatais	1,1
Fazendas coletivas (todos os tipos)	0,6
Camponeses individuais	98,3

Fonte: Nove (1965, p. 101).

Ainda que essas medidas tenham, de fato, obtido resultados para o desenvolvimento da agricultura, isso não eliminou os problemas econômicos do país. No primeiro ano de implementação da NEP, por exemplo, por suas medidas

terem sido tomadas após o período de semeadura, houve uma grande fome, cujas consequências não podem ser precisadas, mas podem ter chegado a 22 milhões de mortos (Carr, 1985). Há também crises ocasionadas pela desproporção das produções agrícola e industrial. Em 1921-22, há uma crise dos preços industriais, a qual se iniciou a partir de uma desproporção entre os preços do campo e os da cidade, favoravelmente para aquele. Isso significou uma crescente dificuldade para cobrir os custos, tendo como consequência demissões e o decorrente aumento do desemprego. Em reação à queda relativa dos preços dos bens industriais, os trustes industriais começaram a se unir em sindicatos que articulavam entre si sua intervenção no mercado. Isso aumentou o poder de barganha da indústria e ajudou a estabilizar os preços em 1922. A partir disso, com a organização da indústria e a boa safra, os preços ganham uma nova desproporção, agora com vantagem para a indústria. Essa nova desproporção ficou conhecida como a crise das tesouras de 1923. A crise das tesouras relaciona-se com o fato de que a agricultura recuperou-se do Comunismo de Guerra muito mais rapidamente do que a indústria. Em 1923 a agricultura já atingia 90% da produção de 1913, ao passo que, no fim de 1922, a produção da indústria pesada consistia em 26% do pré-guerra. Para diminuir essa disparidade, uma série de medidas foi tomada, dentre elas decretos controlando os preços industriais, a diminuição do pessoal excedente na indústria e no comércio e a diminuição do crédito ao setor estatal. Isso faz com que, na virada de 1923 para 1924, o preço dos produtos industriais caia em 23% (Dobb, 1948).

Não somente o aspecto quantitativo da produção industrial deve ser levado em conta para compreender o período, mas também o tipo de produção que era incentivado. A decorrência da priorização da relação com o campesinato determinava a necessidade de produção de bens de consumo que pudessem ser com eles trocados. Assim, a linha determinada para a indústria que se desdobraria seria um investimento na indústria de bens de consumo em detrimento da indústria pesada. Apesar de ter-se aberto a possibilidade da ação privada na indústria, é importante destacar que o Estado manteve as esferas centrais da economia sob seu domínio, como o sistema bancário, o comércio exterior e a indústria pesada – mesmo que com baixo investimento –, e que o âmbito privado no campo da indústria era bastante reduzido. Assim, a parte mais importante da nova política era não o reconhecimento da propriedade ou da administração privada das pequenas indústrias, mas a postura em relação à administração da indústria nacionalizada de larga escala. Foi determinado que a indústria de larga escala deveria ser conduzida sob os princípios do mercado (*khozrachel*). Nesse sentido, a organização da indústria sofreu uma centralização – através da concentração das empresas de um mesmo ramo em trustes – reestabeleceu-se a existência de um mercado de trabalho e os salários voltaram a ser pagos em dinheiro.

Os anos de 1924 e 1925 são aqueles em que a NEP atinge seu maior sucesso. É inegável que, com a NEP, houve um crescimento econômico bastante significativo e rápido. Contudo, também é necessário reforçar as características desse crescimento, que se baseou na agricultura individual e na indústria leve de bens de consumo, com consequências importantes para a indústria pesada. Os dados da indústria metalúrgica daquele período são notáveis nesse sentido. Em 1920 a produção metalúrgica chegava somente a 6% daquela de 1912, aumentando para 9% em 1921 e caindo novamente para 7% em 1922 (Carr, 1985, p. 311).

Mais do que isso, a NEP também abriu espaço para um processo de estratificação social no campo, com o fortalecimento da figura do *kulak*, e também na cidade, com o surgimento dos chamados *nepmen*, pessoas que haviam enriquecido a partir do comércio e também da pequena produção.

Tabela 4 – Diagnóstico do Partido Bolchevique sobre o poder dos *kulaks* - 1926

Produção de grãos	15%
Terras arrendadas	7%
Trabalhadores rurais	5%
Comércio de grãos	33%
Estocamento	700 milhões de puds*

Fonte: Dobb (*apud* Salem, 2013, p. 41).

* Pud é uma medida russa equivalente a 16,38 kg.

3. Debates Econômicos da URSS na década de 1920

É a partir deste cenário, de uma economia majoritariamente agrária e em reconstrução pós-guerras, que se dão os debates econômicos da década de 1920. Apesar de terem envolvido diversos sujeitos e posições, é possível destacar duas posições principais: a Oposição de Esquerda, cujo principal representante no campo econômico é Preobrazhensky, e a maioria, ou grupo da direita, cujo principal representante do debate econômico é Bukhárin. Traçaremos agora um breve retrato do debate sobre essas duas posições, visando contribuir para a compreensão da teoria da acumulação socialista primitiva de Preobrazhensky.

No texto “O partido e o bloco de oposição” (Bukhárin, 1987), de 1926, Bukhárin rebate as críticas da Oposição de Esquerda e debate as ideias de Preobrazhensky mais especificamente. Seu questionamento às ideias da oposição dá-se sobre quatro pontos principais. Em primeiro lugar, ele recusa que a “...indústria encontra-se em retrocesso e que a desproporção existente entre a indústria e a agricultura aumenta em detrimento da indústria” (*ibidem*, p. 267). Segundo ele, a oposição estaria se baseando em números errados para tal defesa e ele expõe então dados que confirmariam sua afirmação. O segundo ponto de discordância seria a intensificação da política industrial, que já estaria relativa-

mente mais intensa do que a agricultura, segundo Bukhárin, e uma elevação dos preços dos produtos industriais. Ele refuta tal proposta por ela representar uma diminuição dos salários reais dos trabalhadores, ser uma diminuição do incentivo à inovação e por ameaçar a aliança com o campesinato – que espera pagar mais barato pelos produtos industriais do que o fazia sob o capitalismo. O terceiro ponto seria que o regime soviético teria sua existência ameaçada por um perigo do capital privado, ao qual Bukhárin julga já ter respondido com os pontos anteriores. Por fim, o quarto ponto diz respeito à degeneração dos órgãos estatais soviéticos, que teriam se afastado das massas e se aproximado dos *kulaks* e *nepmen*. Apesar de não negar a ameaça burocrática, caracterizando o Estado Soviético como da classe operária com uma distorção burocrática, ele destaca a necessidade de luta contra esta tendência, que não estaria tão avançada como afirmava a oposição.

Bukhárin passa, então, a aprofundar o debate dessas e outras questões, e nos centraremos sobre seu debate específico com Preobrazhensky, para o qual ele usa como referência o livro “Nova Econômica” (Preobrazhensky, 1979). De acordo com Bukhárin, Preobrazhensky reduziria a economia soviética a duas esferas somente: a economia estatal, de um lado, e a economia privada, de outro. Bukhárin critica-o por homogeneizar, sob o rótulo de economia privada, coisas muito diversas, como a economia capitalista privada e a produção dos camponeses pobres, por exemplo.

Bukhárin então passa a defender que a indústria estatal deve procurar os recursos necessários ao seu crescimento não só na produção da classe operária, ou seja, nos produtos dessa própria indústria, mas também em áreas fora dela, como o diálogo com os camponeses. Os impostos e lucros dos produtos industriais vendidos aos camponeses são exemplos de incentivos ao desenvolvimento da indústria que vem de fora dela.

Contudo, mais uma vez, Bukhárin discute as teses da oposição, ao afirmar que, quando se trata de cobrar os impostos dos camponeses, esta proporia pedir demasiado a eles.

Os camaradas da oposição querem pedir demasiado aos camponeses e querem exercer sobre eles uma pressão tão forte que seria, em nossa opinião, irracional do ponto de vista econômico e inaceitável do ponto de vista político. Isso não quer dizer que renunciemos a obter da classe camponesa os meios destinados a fortalecer a indústria, mas que somos mais prudentes economicamente (Bukhárin, 1987, p. 271).

O autor fecha seu raciocínio afirmando que uma tal defesa só se justifica pela não diferenciação da economia capitalista e da economia camponesa, reduzidas a um denominador comum de “economia privada”.

Vemos, assim, que a crítica de Bukhárin, assim como muito das interpretações dadas à época, tendem a centrar-se sobre a questão do ritmo da industrialização e da relação da economia estatal com a economia privada. Dentro da própria obra de Preobrazhensky, estas temáticas ganham bastante espaço, embora não sejam de modo algum as únicas tratadas. Podemos relacionar o destaque que a temática ganha em sua obra e no debate do período, em primeiro lugar, pelo contexto em que a discussão está inserida. Como já dissemos, a URSS da década de 1920 é um país recém-saído de uma guerra mundial e de uma guerra civil que devastou sua produção, tanto industrial, quanto agrícola. A questão da acumulação propriamente material, assim, é emergencial naquele período. Soma-se a isso o fato de que, dada a estrutura social da URSS então, aprofundada após o período de guerra civil, há uma preponderância na população e na produção do pequeno campesinato. Daí se depreende que o bloco operário camponês constitui um fato não acessório para a manutenção do regime. Apesar de compreendermos os elementos conjunturais envolvidos, ainda assim os críticos de Preobrazhensky à época, ao se centrarem somente sobre a acumulação propriamente material, desviam o debate teórico proposto pelo autor sobre a transição entre formas de regulação das relações humanas para um debate reduzido à disputa entre campo e cidade. Dentro disso, mesmo as contradições internas a cada um destes âmbitos, no que diz respeito à ação das duas leis reguladoras, não são abordadas aprofundadamente, embora estejam presentes na obra de Preobrazhensky.

Essa tendência de interpretação da obra de Preobrazhensky também está presente na historiografia (Erlich, 1960), que acaba interpretando a produção de Preobrazhensky principalmente à luz de seu debate com Bukhárin e chega ao ponto de afirmar que o processo de aceleração da industrialização e de coletivização forçada implementado pelo stalinismo teria sido a efetivação, em um nível extremo, do programa defendido por Preobrazhensky. Neste artigo, seguimos a tônica de outros trabalhos (Filtzer, 1976; Millar, 1978) que apontam a necessidade de não reduzir o pensamento de Preobrazhensky ao debate sobre o ritmo de industrialização e a relação com o campesinato. O termo utilizado por Preobrazhensky, se bem que sua primeira aparição tenha vindo da pena de Smirnov, é uma analogia ao termo de Marx – acumulação primitiva. Essa analogia nos fala de uma definição da constituição das condições materiais para a reprodução socialista.

Para melhor compreender esta analogia, é importante retomarmos a formulação de Marx sobre o tema. Marx define a polarização do mercado entre proprietário dos meios de produção e o proletário enquanto a condição fundamental da produção capitalista. “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.” (Marx, 2013, p. 786). A base deste processo teria sido a expropriação

da terra do campesinato, que contou com meios não somente econômicos, mas também violentos para sua efetivação. Além de garantir a existência de trabalhadores livres em dois sentidos – de poderem dispor de seu trabalho como quiserem e de estarem livres da propriedade dos meios de produção –, também é destacada por Marx a necessidade de aquisição da disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, a qual lhes é submetida “por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas” (*ibidem*, p. 808), e que com o tempo seria naturalizada.

Como podemos ver, a ênfase de Marx dá-se sobre o processo de formação das relações capitalistas e do estabelecimento de seus sujeitos, ou seja, proletários e capitalistas. É claro que é necessário que haja um nível de desenvolvimento econômico e tecnológico suficiente para que seja possível concentrar esses meios de produção – é por isso que este processo se dá em um momento histórico determinado e não em outro. Sua elaboração não diz respeito meramente à acumulação de capital, no sentido material, suficiente para o início da produção. Pelo contrário, ele destaca a gênese do capital como a gênese da relação capitalista – o capital já surge como relação, e não como coisa.

Assim, é claro em Marx e está presente em Preobrazhensky que, quando falamos de condições materiais, não estamos falando somente de capital constante, mas de relações sociais – as quais também têm desdobramentos no campo da subjetividade. Assim, o processo de acumulação socialista primitiva é a constituição de condições materiais para a reprodução propriamente socialista.

Pois bem, e para Preobrazhensky, de que forma se construiriam essas bases materiais? O processo descrito pelo autor é, fundamentalmente, o de expansão das relações socialistas (note que não utilizei o termo “estatais”, que não é, necessariamente, sinônimo de “socialista puro” para o autor, mas contém também influências da lei do valor) através da destruição das relações capitalistas ou da pequena produção de mercadorias. Apesar do termo “destruição” poder soar violento, isso não é uma necessidade – esta destruição pode se dar pelas mais diversas formas de coerção econômica ou, até mesmo, convencimento. O significado que se busca aqui é o da substituição da sociabilidade regida pela lei do valor por aquela regida pela lei da acumulação socialista primitiva – Preobrazhensky defende a existência de duas leis reguladoras da economia soviética, que estariam em conflito, até que uma delas fosse subjugada pela outra. A acumulação socialista primitiva consistiria em todas as ações, conscientes ou não, que contribuíssem para este fim. Podemos traçar, portanto, este processo como agindo sobre duas esferas na sociedade soviética então: a esfera privada e a estatal.

Na esfera privada, o objetivo é apropriar-se de seu excedente, de modo que o potencial de reprodução ampliada transfira-se ao Estado e às formas coletivas de produção. Na prática, é a expropriação gradual do setor privado a partir de mecanismos diversos, sejam eles extraeconômicos – exemplos são impostos,

crédito e a emissão de papel-moeda –, econômicos – como o comércio e a política de preços, levando a um regime de trocas desiguais entre esfera privada e estatal –, ou baseados na produção – a partir da produção de um sobreproduto na indústria estatal. É interessante aqui aprofundar dois aspectos das possíveis formas de se apropriar do excedente privado. Em primeiro lugar, falaremos da questão da emissão de papel-moeda e, em segundo lugar, sobre o conceito de exploração do campesinato.

Em 1920, Preobrazhensky escreveu um livro especificamente sobre a questão da emissão de dinheiro durante o período da ditadura do proletariado (Preobrazhensky, 2014d). Há autores que apontam que o livro seria uma legitimação *a posteriori* do processo de desmonetarização da economia como parte do processo de evolução ao socialismo (Carr, 1985). Esse, contudo, não é o caráter das afirmações da obra. A centralidade da argumentação teórica sobre a emissão de dinheiro pelo Estado na argumentação de Preobrazhensky vem não da própria questão monetária, mas da relação entre a produção no âmbito socializado, estatal, e a produção no âmbito privado. Ele afirma que, se uma sociedade capitalista tem seu sucesso medido pela quantidade de mercadorias produzidas, em uma sociedade em transição para o comunismo, esse sucesso seria medido na quantidade de produtos produzidos – bens produzidos não para serem trocados em relação de mercado. Nessa transição, a produção de produtos cresce em prejuízo da produção de mercadorias, ocupando seu espaço. No campo monetário, só essa alteração na correlação entre produtos e mercadorias, ou seja, no volume da produção do setor estatal e do setor privado, já seria suficiente para levar a uma desvalorização do dinheiro, mesmo que o crescimento de sua emissão fosse interrompido. Ainda assim, ele atenta para o fato de que a manutenção da pequena produção em países com um regime proletário atrasaria o declínio da massa de mercadorias e também teria um peso para o ritmo desse processo. Ele tira, então, uma conclusão que ele mesmo diz poder parecer absurda, mas que seria lógica a partir desse esquema:

Se a economia socialista coexistir durante um longo período com a economia pequeno-burguesa, e se o livre mercado mantiver-se por um longo período, então, durante uma parte significativa do tempo em que o livre mercado existir – se não durante todo o tempo –, o Estado socialista terá uma oportunidade para adquirir uma porção dos produtos da produção pequeno burguesa através da emissão de papel-moeda, que, a cada ano, adicionará um ou mais zeros a seu valor nominal (Preobrazhensky, 2014d, p. 758)³.

³ Todas as citações originais em inglês foram traduzidas pela autora.

Fica claro que a argumentação dele não se baseia simplesmente na emissão de papel-moeda, mas no crescimento da produção estatal: “Ao contrário, para uma sociedade construindo o socialismo, a condição para sua existência, e um requisito vital na esfera da distribuição, não é levantar a taxa de papel-moeda, mas aumentar P às custas de M. [Nota do tradutor: P para produto; M para mercadoria]” (*ibidem*, p. 761).

214

Passemos agora à segunda temática levantada, a questão da exploração do campesinato. Preobrazhensky rejeita a afirmação de que ele defenderia a exploração do campesinato: “[...] os interesses contraditórios que nós estamos considerando não são objetivamente intransponíveis ao ponto de que uma classe deva lutar por uma ditadura política de modo a suprimir e explorar economicamente a outra.” (Preobrazhensky, 2014c, p. 586).

Buscando fugir de uma falsa polêmica, ele retira a palavra “exploração” da segunda edição dos escritos que compõem seu livro “Nova Econômica”, quando se refere à “alienação de uma parte do sobreproduto da economia privada em proveito dos fundos da acumulação socialista.” (Preobrazhensky, 1979, p. 42), uma clara resposta às críticas de Bukhárin e Rykov, que o acusavam de defender a exploração do campesinato pelo proletariado, como já exposto na sessão anterior deste trabalho. Quando argumenta diretamente sobre a acusação, nos apêndices de “A Nova Econômica”, Preobrazhensky afirma que Bukhárin cria argumentos supérfluos para discordância, visto que (i) Preobrazhensky nunca teria falado sobre a exploração do campesinato pelo proletariado, mas sim do sistema pré-socialista pelo sistema socialista e (ii) que o próprio Bukhárin reconhecia que a indústria socialista deveria receber um excedente dos pequenos produtores para seu fundo de acumulação. Como já apontou no prefácio de seu livro, Preobrazhensky dispõe-se a abrir mão do termo “exploração”, desde que seu significado se mantenha, ou seja, “o equilíbrio da troca de material (o que não é o mesmo que o equilíbrio das trocas comerciais entre os sistemas) entre as economias privada e socialista esteja em favor da última, e não vice-versa.” (Preobrazhensky, 1965, p. 228).

Sobre a temática do bloco operário/camponês, o centro da argumentação de Preobrazhensky consiste no fato de que a existência de concessões ao campesinato não é um fim em si mesmo, tampouco tem como finalidade o mero bem estar do campesinato, mas tem como objetivo a manutenção da ditadura do proletariado e o desenvolvimento da economia estatal.

É que o proletariado, como a classe dominante e, por consequência, como a classe que tem responsabilidade pela economia soviética como um todo, liderando o campesinato em sua luta pela existência do sistema soviético, leva a cabo sua grande missão histórica de desenvolver e consolidar um novo tipo de economia, e luta contra toda

vacilação, sentimentos de desapontamento, revoltas e recuos da parte do seu aliado (*ibidem*, p. 245).

Para além disso, Preobrazhensky considera que, sob o regime revolucionário, as relações entre os trabalhadores e o campesinato teriam se alterado quando comparadas àquelas vigentes sob o capitalismo. Em primeiro lugar, suas posições em relação à propriedade dos meios de produção teriam mudado: o trabalhador estaria mudando sua condição à medida que se aproximavam do socialismo, passando de proletário para coproprietário dos meios sociais de produção. O resultado é o apagamento da distinção entre trabalhador e camponês existente na sociedade burguesa. Em segundo lugar, desenvolver-se-ia, crescentemente, o bloco do povo trabalhador, conforme notamos no trecho abaixo. Assim, uma ligação crescente desenvolve-se entre essas duas classes, na medida em que elas constituem um bloco único do povo trabalhador, uma aliança daqueles que criam valor contra todos aqueles grupos sociais que vivem de renda que não é associada ao trabalho (Preobrazhensky, 2014c, p. 583).

Contudo, isso não significa que as relações entre os camponeses e os proletários fossem completamente harmônicas. A fonte da disputa seria a contradição na questão da distribuição da renda nacional. Essa disputa, contudo, não é vista como uma que leva à uma contradição insolúvel e negativa entre as duas classes. Pelo contrário, ela é retratada enquanto um incentivo ao desenvolvimento das forças produtivas em ambas as esferas:

É difícil prever que formas essa luta de classes tomará entre o proletariado e o campesinato em questões de distribuição de renda. Há razões para esperar que mais provavelmente terá consequências benéficas em termos do desenvolvimento econômico do país como um todo. Sob a pressão do campesinato, o trabalhador terá de se mover para além da tecnologia atrasada e da baixa produtividade do trabalho que nós vemos em nosso país em comparação com o Ocidente (*ibidem*, p. 585).

Dessa forma, consideramos a caracterização da proposta de Preobrazhensky enquanto de exploração do campesinato como inadequada, e a ênfase do autor sobre as formas coletivas de produção dá força a essa visão. A acumulação diz respeito à expansão das relações socialistas, ou seja, uma reorganização do setor privado nestes marcos. Na URSS desse período, falar do setor privado é praticamente sinônimo de falar do setor agrário, e daí decorre que um dos objetivos é fazer a transição para formas de grande produção coletiva no campo. Contudo, um elemento constante na obra de Preobrazhensky é o caráter voluntário dessa transição. Esta questão está presente em textos de todo o período utilizado como referência neste texto – de 1918 a 1927.

Em um texto de 1918, Preobrazhensky, em polêmica com os Socialistas Revolucionários, afirma que a verdadeira socialização só poderia se dar a partir, em primeiro lugar, da nacionalização da terra e, em segundo lugar, a partir da sua utilização de forma coletiva – idealmente, em grandes fazendas coletivas, mas com outras formas coletivas de mediação para a transição até esse ponto ideal. A “socialização” defendida pelos SR, a divisão da propriedade da terra individualmente para os camponeses de forma igualitária, na opinião de Preobrazhensky, só poderia levar à contrarrevolução. A linha geral defendida pelo autor é, então, de apoio à existência de *artels*, formas coletivas de organização da produção, ainda que na esfera privada. Essa é a única forma de o camponês semiproletário e médio aumentar sua produtividade.

A questão da coletivização da agricultura também está presente no livro “O ABC do Comunismo”, escrito conjuntamente por Preobrazhensky e Bukhárin em 1919. O livro tinha como objetivo divulgar o programa do partido bolchevique, trazia diagnósticos da situação na URSS da época e descrevia o programa do partido para aquela situação concreta. A constatação principal é que somente a grande propriedade coletiva poderia dar as bases para uma agricultura socialista com todas as suas vantagens, servindo como elemento de convencimento do campesinato – como já apontado em outros textos: “É somente através de fazendas-soviéticas que nós realmente estamos em uma posição para mostrar aos camponeses todas as vantagens da agricultura coletiva de larga-escala.” (Preobrazhensky, 2014e, p. 700).

De qualquer forma, quando tratava da agricultura como um todo, Preobrazhensky considerava que ela só poderia se tornar socialista quando a socialização atingisse os camponeses. Ele cita novamente os *artels* como uma forma de realizar esta transição, acrescentando agora, também, a figura das comunas – que difeririam dos *artels* por incluírem uma organização comum não só da produção, mas também do consumo. Apesar de o número de *artels* e comunas estivesse crescendo no momento de escrita do livro, ainda eram poucos e com um tamanho de terra predominantemente pequeno, o que limitava o sucesso de seu desenvolvimento. Ainda assim, Preobrazhensky os vê como vantajosos, no sentido de que permitem uma melhor divisão do trabalho, inclusive havendo uma liberação das mulheres do trabalho na cozinha para sua inserção no trabalho produtivo. Outra forma de transição da pequena produção camponesa para formas mais desenvolvidas de produção coletiva citada nesta obra é o chamado cultivo social. Este seria uma forma, ainda menos rígida do que os *artels*, de associação entre os camponeses, e teria a vantagem de o camponês se sentir mais livre para aderir a ela. É interessante, assim, observar o papel central que o cultivo do campo de forma socializada tem na elaboração de Preobrazhensky deste período. Ele defende uma transição do cultivo de pequena escala para o de larga escala e, enfim, para o cultivo efetivamente socialista.

Essa defesa também aparece em outro livro seu de 1918, *Anarchism and Communism* (2014b), onde ele brevemente descreve as etapas dessa evolução.

No começo, a agricultura socialista vai ocorrer somente nas terras estatais cultivadas sob a supervisão do Estado proletário, naqueles estados avançados que não foram saqueados e divididos e estarão sob o controle dos sovietes locais desde o começo, e, finalmente, naquelas terras que serão cultivadas por comunas dos pobres do campo, que estão agora emergindo na Rússia e se tornando crescentemente numerosos (Preobrazhensky, 2014b, p. 622).

Contudo, é sempre destacado o caráter gradual dessa transição, bem como o caráter voluntário da adesão do campesinato que, convencido da superioridade da produtividade e das melhores condições de vida oferecidas pelas fazendas coletivas estatais, aderiria a essa forma de produção. Assim, é equivocado associar essas defesas de Preobrazhensky ao processo de coletivização forçada efetivamente implementado durante os anos 1930 sob o regime stalinista. O trecho final do programa deixa tal fato claro:

O Partido proclama sua convicção inabalável de que a implementação de todas as medidas previstas neste programa demonstrará com a máxima claridade todas as desvantagens associadas à agricultura de pequena-escala e todas as superioridades da agricultura de larga-escala; e baseia-se sobre a experiência para convencer todos os trabalhadores rurais de que, depois da transferência do poder estatal para o proletariado e para os pobres do campo, não haverá categoria ou posição superior àquela de um trabalhador-gerente de pleno direito do Estado socialista, resultando em uma transição em massa, da parte dos agricultores de pequena escala individuais, para a participação voluntária no exército socialista do trabalho (Preobrazhensky, 2014c, p. 575).

Defesa corroborada aqui: “Quando todos os camponeses aprenderem as vantagens da agricultura socialista através da experiência, só indivíduos excêntricos ficarão em seus pequenos conluíus independentes.” (Preobrazhensky, 2014, p. 622)

Em um texto de 1921 (Preobrazhensky, 1987), Preobrazhensky aponta o campo como o local onde essas contradições amadureceriam mais rapidamente, por conta das medidas tomadas pela NEP. Frente a esse conflito, ele aponta o papel do Estado soviético enquanto criador de uma base econômica para os camponeses pobres, a qual garantiria a exploração coletiva do campo. Sobre este

tema também há referências em “Da NEP ao Socialismo” (1973), quando Preobrazhensky descreve a maneira pela qual ele supunha teriam evoluído as formas coletivas de produção no campo nas fronteiras da URSS, a partir de organizações voluntárias dos indivíduos em questão. Mais uma vez, o autor coloca a necessidade de convencimento do campesinato para a passagem à agricultura coletiva, e não a sua imposição coercitiva.

Em *A Nova Econômica* (1979), publicado em 1926, Preobrazhensky trata da questão das cooperativas. Na URSS da época, existiam cooperativas de consumo e de produção. As de consumo propiciariam uma vinculação direta entre os pequenos produtores e a indústria estatal, constituindo uma forma de trazer a política de preços estatal para os produtores privados. Contudo, estas cooperativas seriam mais suscetíveis à pressão da lei do valor do que os órgãos estatais. No que tange às cooperativas de produção, ele aponta que as comunas e *solvkhoses* ainda teriam uma proporção maior em volume e crescimento dentro da economia soviética quando comparadas à economia privada, em especial na figura do *kulak* no campo: “Já dissemos muitas vezes que a luta da lei da acumulação socialista primitiva contra a lei do valor implica a luta pela hegemonia entre dois tipos diferentes de organização do trabalho humano: o tipo coletivo e o tipo capitalista privado.” (Preobrazhensky, 1979, p. 251)

Dessa forma, entendendo que a lei de acumulação socialista primitiva implica o fortalecimento de formas coletivas de produção, ele identifica que a cooperação pode se aproximar do socialismo na medida em que está mais próximo do tipo coletivo de organização do trabalho. Contudo, para que esta forma de produção ganhe espaço, é necessário a ação da grande indústria urbana sobre a agricultura camponesa – ele cita o exemplo da produção de tratores. Ele conclui, assim, apontando que a passagem ao socialismo é possível através de cooperativas de produção, sendo a cooperação nas trocas só uma forma de abrir caminhos para isso.

Neste ponto, há algumas reflexões importantes de Preobrazhensky. Em primeiro lugar, ao hierarquizar a influência das cooperativas de produção sobre as de troca, o autor revela uma primazia não só analítica, mas da teoria de transição, do âmbito da produção sobre o da circulação. Ao tratar da produção, contudo, ele não se restringe à falar da técnica, compreendida enquanto desenvolvimento tecnológico material, ou ao volume de produção – temática muito reforçada ao longo do livro como um todo. Aqui o central é a forma de organização do trabalho, ou seja, há um destaque para a organização coletiva do trabalho enquanto um termômetro do nível de transição ao socialismo alcançado. Outro ponto interessante tratado aqui diz respeito à defesa do cooperativismo na produção no que se refere à produção agrária, o que destaca mais uma vez a existência de preocupações e propostas de Preobrazhensky para esta área.

Sua defesa das formas coletivas de produção no campo vem temperada

com certo otimismo da técnica, em que a superioridade técnica dessa forma de produção faria a transição parecer um desdobramento lógico aos camponeses. Contudo, é possível relacionar isso ao fator que parece definidor da concepção de socialismo para Preobrazhensky, ou seja, a planificação. A planificação envolve um aspecto material – neste caso, ter fazendas coletivas, terra, insumos e meios de produção como tratores, ou no mínimo um número grande de animais – e também um aspecto subjetivo – se a planificação significa retirar o véu mistificador da regulação da produção e distribuição da riqueza social, isso implica que os sujeitos participem dela, e, para tanto, é necessário convencimento – daí a voluntariedade.

Antes de tratarmos especificamente da questão do planejamento para Preobrazhensky, cabe voltarmos à definição inicialmente traçada de acumulação socialista primitiva. Ela consistia na garantia das condições materiais para a reprodução das relações socialistas e, para tanto, buscava limitar constantemente a ação da lei do valor dentro da sociedade soviética. Até aqui, tratamos desse embate na esfera privada da economia da URSS. Contudo, um mérito do pensamento de Preobrazhensky é justamente não opor a esfera estatal e a privada como lócus de ação de cada uma das leis de forma pura. Ele aponta que há influência da lei do valor dentro da esfera estatal e que a lei da acumulação socialista primitiva também influencia as relações de mercado. Nesse sentido, a acumulação socialista primitiva também se dá na esfera estatal, não só pela reprodução ampliada da indústria socialista, mas pelo combate às manifestações da lei do valor a serem suplantadas. Preobrazhensky aponta a influência da lei do valor sobre a esfera estatal a partir da sua ação sobre a alocação dos recursos estatais gerada pela pressão do mercado – seja interno ou externo – e também na relação com a força de trabalho. A forma do salário individual aparece como um bastião da mistificação em sua forma, ainda carregado de estímulos individuais para o trabalho. Este ponto estaria relacionado a uma limitação cultural do proletariado soviético, que impediria a passagem a outras formas mais próximas da remuneração coletiva e aos estímulos coletivos ao trabalho. Nessa formulação, Preobrazhensky localiza a questão do desenvolvimento da consciência de classe dentro do debate sobre a divisão do trabalho e da generalização do conhecimento dentro da classe – conseguir resolver essas questões seria, também, uma condição para a superação do atraso econômico (Filtzer, 1976).

Enquanto a divisão do trabalho persistir e o movimento em direção a sua superação for tão efêmero, a reificação e o fetichismo continuariam a caracterizar as relações sociais na URSS, e o progresso da classe trabalhadora em direção à consciência socialista seria interrompido. Transcender a divisão do trabalho é, então, tanto um problema político como econômico (*ibidem*, p. 65).

Nesse sentido, melhorar o nível de vida material dos trabalhadores não seria só uma questão social, mas também econômica. A eliminação da influência da lei do valor dentro do setor estatal também teria uma influência sobre o combate à burocratização, a qual emergiria a partir das desigualdades materiais e dos privilégios engendrados pela manutenção de aspectos capitalistas da produção em seu interior.

Preobrazhensky ligava a questão da necessidade do desenvolvimento da consciência de classe e cultura da classe trabalhadora diretamente ao debate sobre democracia, a qual seria uma condição importante para o processo de desenvolvimento deste aspecto, para o qual também deveriam ser dadas condições materiais – por exemplo, a diminuição da jornada de trabalho. Também estaria ligada aí a questão do crescimento do tamanho da classe trabalhadora – e seu desenvolvimento consciente –, que colocava o programa da industrialização alinhado ao combate à burocratização, do ponto de vista de Preobrazhensky.

Não importa o quão altamente qualificada a classe trabalhadora, se a divisão do trabalho e as relações sociais reificadas permanecerem arraigadas na sociedade, sem a democracia proletária a classe trabalhadora nunca poderia generalizar o conhecimento que cada indivíduo ou cada setor da classe adquiriu através de sua experiência e prática (*ibidem*, p. 66).

A argumentação em torno da necessidade do desenvolvimento cultural e da consciência da classe trabalhadora aparece em diversas obras de Preobrazhensky. Proporcionalmente, o espaço dado a ela é menor do que aquele dado às facetas propriamente materiais da acumulação socialista primitiva. Para além dos fatores já mencionados, Preobrazhensky repetidamente afirma que a temática será explorada no segundo volume de *A Nova Econômica*, o qual nunca foi escrito. Essa ausência do segundo volume relaciona-se com a conjuntura de disputa dentro do partido – o primeiro volume foi publicado em 1926 e já em 1927 a Oposição de Esquerda foi expulsa do partido, e o período posterior de vigência do stalinismo não permitia a ação de vozes discordantes. Ainda assim, é interessante ver que essa temática faz parte do processo de acumulação socialista primitiva para o autor, corroborando a necessidade de não só mudar os meios de produção de mãos – do privado para o estatal –, mas de construir outras relações de produção também dentro desta esfera.

Voltaremos agora a tratar da questão do planejamento. Preobrazhensky, quando compara o processo de acumulação primitiva do capitalismo e do socialismo, destaca a diferença da temporalidade entre os dois. A produção capitalista nasce e se desenvolve antes das revoluções burguesas. Sua acumulação primitiva se passa durante uma época em que, no plano político, predomina o absolutismo

e, no plano econômico, a produção mercantil simples e as relações feudais e servis. A acumulação socialista, por outro lado, só pode começar a partir da tomada do poder pelo proletariado. Preobrazhensky destaca, assim, que a transição inicia-se após a revolução e que seu forjar é consciente. Na transição, questões como lei, desenvolvimento, regularidade, todas têm um caráter também consciente – e a sua ligação com a questão democrática já foi apontada. É nesta seara que a questão do planejamento emerge com tanta centralidade.

Em *A Nova Econômica*, a questão do planejamento é abordada diversas vezes. Ela é apontada como uma diferença basilar entre o socialismo e o capitalismo. Sob o socialismo, a regulação não se imporia por intermédio do mercado. A presença da regulação apresenta-se não *a posteriori*, como no capitalismo, mas se manifesta previamente, com o conhecimento dos organismos econômicos reguladores da sociedade (Preobrazhensky, 1979, p. 61). Esta antecipação do processo regido por leis constitui, justamente, o primeiro traço característico da produção socialista, da nova produção, traço que a distingue da antiga. Disso decorre que as possibilidades de utilização da força de trabalho e dos recursos naturais existentes são maiores do que aquelas presentes sob as condições apresentadas pelo capitalismo, já que seu planejamento em conjunto permite a organização de diversas combinações não possíveis pela anarquia capitalista. Isso significa que, a partir de uma mudança qualitativa, abre-se a possibilidade para um aumento quantitativo da produção.

Isso leva Preobrazhensky a destacar o essencial papel do planejamento dentro da economia soviética. Isso é uma justificativa a seu próprio esforço teórico, pois ele afirma que

Entre nós, onde existe a economia estatal centralizada do proletariado, e onde a lei do valor está limitada e parcialmente substituída pelo princípio do planejamento, a previsão desempenha um papel absolutamente excepcional em comparação com a economia capitalista e, os erros de previsão podem ter, em razão da administração centralizada da economia, consequências mais graves do que os erros dos dirigentes das empresas privadas [...] a teoria aparece como o único meio seguro, e o mais democrático, que assegura a todos os trabalhadores uma previsão científica no que diz respeito à direção planejada. Daí o papel propriamente produtivo de uma adequada teoria científica da economia soviética (*ibidem*, p. 46).

Ele afirma, assim, que a responsabilidade dada à ciência durante o período socialista atinge uma escala desconhecida durante o período capitalista, sendo possível conceder-lhe um papel não só científico, mas produtivo.

O último ponto a ser abordado consiste na questão do internacionalismo.

Na obra de Preobrazhensky, em diversos momentos, a revolução internacional aparece como uma condição para o sucesso da revolução na URSS. A revolução no Ocidente é necessária não somente pelo atraso econômico da URSS, mas também pela sua conexão dentro da divisão mundial do trabalho, que determinaria a sua necessidade também nessa esfera.

Procuramos, dessa forma, traçar um panorama geral da teoria da acumulação socialista primitiva de Preobrazhensky, a qual deve ser compreendida não como uma mera política para o campo da industrialização ou para a agricultura, mas enquanto uma elaboração de um projeto de transição ao socialismo, com aspectos voltados à acumulação material, mas também à transformação das relações de produção e da consciência e cultura da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

Fontes

- BUKHÁRIN, N. “O partido e o bloco da oposição.” *In*: BERTELLI, Antonio Roberto. *A Nova Política Econômica (NEP)*. Capitalismo de Estado, transição e socialismo. São Paulo: Global, 1987.
- PREOBRAJENSKY, E. A. *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- PREOBRAZHENSKY, E. A. “Autobiography (1886-1916)”. *In*: DAY, Richard B. & GORINOV, Mikhail M. (ed.). *The Preobrazhensky Papers*. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014a.
- _____. Anarchism and Communism. *In*: DAY, Richard B. & GORINOV, Mikhail M. (ed.). *The Preobrazhensky Papers*. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014b.
- _____. *From NEP to Socialism*. A Glance into the future of Russia and Europe. London: New Park Publications Ltd, 1973.
- _____. “Peasant-Russia and Socialism, Towards a Review of Our Agrarian Programme.” *In*: DAY, Richard B. & GORINOV, Mikhail M. (ed.). *The Preobrazhensky Papers*. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014c.
- _____. “The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country. (1922)” *In*: PREOBRAZHENSKY, E. A. *The Crisis of Soviet Industrialization*. New York: The Macmillan Press LTD, 1980a.
- _____. “Paper Money in the Epoch of Proletarian Dictatorship.” *In*: DAY, Richard B. & GORINOV, Mikhail M. (ed.). *The Preobrazhensky Papers*. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014d.
- _____. *The New Economics*. Oxford: Oxford University press, 1965.
- _____. “E. A. Preobrazhensky’s Chapters from the Book The ABC of Communism (Co-authored with N. I. Bukharin).” *In*: DAY, Richard B. & GORINOV, Mikhail

M. (ed.). *The Preobrazhensky Papers*. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014e.

Bibliografia

- CARR, Edward Hallett. *A History of Soviet Russia*. Bolshevik Revolution 1917-1923. Vol. 2. New York: W. W. Norton & Company, 1985.
- DEUTSCHER, Isaac. *O Profeta Banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- DOBB, Maurice. *Soviet Development since 1917*. London: Routledge and Kegan Paul LTD, 1948.
- ERLICH, Alexander. "Preobrazhenski and the economics of soviet industrialization.", *Quarterly Journal of Economics*, vol. 64, no. I, pp. 57-88, Feb. 1950.
- FILTZER, Donald A. *E.A. Preobrazhensky and the Theory of Expanded Reproduction in the USSR During the Period of Primitive Socialist Accumulation*. Ph. D. thesis – Institut of Soviet and East European Studies, University of Glasglow, 1976.
- _____. "Introduction." In: PREOBRAZHENSKY, E. A. *The Crisis of Soviet Industrialization*. New York: The Macmillan Press LTD, 1980.
- GORINOV, M. M. "Foreword." In: DAY, Richard B. & GORINOV, Mikhail M. (ed.). *The Preobrazhensky Papers*. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014.
- GORINOV, M. M. & TSAKUNOV, S. V. "Life and Works of Evgeny Alekseevich Preobrazhensky", *Slavic Review*, 50, 2, pp. 286–296, 1991.
- HEGEDÜS, András. "A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica." In: HOBSBAWM, E. J. (org.). *História do Marxismo*. v. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MILLAR, James R. "A Note on Primitive Accumulation in Marx and Preobrazhensky." *Soviet Studies*, Vol. 30, No. 3, pp. 384-393, Jul. 1978.
- NOVE, Alec. "Introduction." In: PREOBRAZHENSKY, E. *The New Economics*. Oxford: Clarendon Press, 1965.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. "Apresentação." In: PREOBRAZHENSKY, E. *A Nova Econômica*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979.
- SALEM, Joana Vasconcelos. "Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929).", *Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 18, Ano IX, out./2013.

Recebido em 14 de julho de 2017
Aprovado em 07 de agosto de 2017